

Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: Desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo

Rosana da Câmara Teixeira
Faculdade de Educação/UFF

Bernardo Borges Buarque de Hollanda
CPDOC/FGV

Resumo: O presente artigo traça um panorama das formas de torcer no Brasil, a partir do advento do profissionalismo esportivo na década de 1940, e contextualiza a conjuntura político-institucional do futebol brasileiro nos últimos quinze anos (2001-2016). A proposta é examinar as estratégias de atuação de entidades representativas de torcidas organizadas no período mais recente, em meio à intensificação dos processos de elitização dos estádios, de criminalização das associações torcedoras e de exclusão jurídica de vários agrupamentos dos estádios. O material levantado e relatado a seguir sistematiza observações de campo realizadas pelos autores em fóruns de debate promovidos pelo Ministério do Esporte, em parceria com a Associação Nacional de Torcidas Organizadas de Futebol do Brasil (Anatorg), desde o ano de 2010. A descrição compreende também uma articulação entre o universo futebolístico atual e a cronologia da vida coletiva nacional na contemporaneidade, em meio a crises econômico-sociais e a manifestações de rua que eclodiram no país desde as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013.

Palavras-chave: Futebol contemporâneo; Torcidas organizadas; Anatorg; Violência; Megaeventos esportivos

Abstract: This paper draws an overview of the types of Brazilian football support since the 1940s, when took place football professionalization in the country, contextualizing its political and institutional situation in the last fifteen years (2001-2016). We propose to examine action strategies of organized supporters from representative bodies in the past few years, when happened the exclusion of lower classes from football stadiums, criminalization of organized supporters, and supporters' organizations were judicially banned from stadiums. The material gathered and presented systematizes field observations made by the authors in debate forums promoted by the Brazilian Ministry of Sports, together with the *Associação Nacional de Torcidas Organizadas de Futebol do Brasil* [ANATORG – National Association of Brazilian Football Organized Supporters] since 2010. The description also comprises the articulation between the current football universe and the national modern collective life that passed through social and economic distresses, resulting in 2013 public protests called “Journeys of June”.

Key-words: Contemporary football; Organized supporters; Anatorg; Violence; Big sports events

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de apresentar um painel do futebol brasileiro contemporâneo, com especial destaque para as torcidas organizadas, associações de

torcedores usualmente relacionadas à problemática social e comportamental da violência urbana, dentro e fora dos estádios. Para tanto, o texto estrutura-se em quatro partes constitutivas.

A primeira contextualiza o processo político de institucionalização da prática futebolística no Brasil, por meio de um sistema de ligas, de campeonatos e de entidades monopolísticas público-privadas, controladoras da organização e da gestão do profissionalismo esportivo. A finalidade é dar subsídios históricos introdutórios para a compreensão da popularidade do futebol no país, no decorrer do século vinte.

A segunda seção tem por foco a constituição de rivalidades clubísticas nas duas principais cidades brasileiras, responsáveis por distribuir as filiações identitárias entre um conjunto de clubes correlacionados no ambiente urbano: o Rio de Janeiro, capital da República até 1960, à qual se associa a centralidade da identidade político-cultural do país, e São Paulo, centro econômico-financeiro, também chamado de “locomotiva” do Brasil, maior metrópole latino-americana em termos populacionais, lado a lado com a Cidade do México.

O eixo Rio – São Paulo será a base para a observação da relação construída entre agremiações desportivas e a respectiva massa de espectadores, de torcedores e de seguidores do futebol de alto rendimento, com suas identificações vinculadas à lógica das rivalidades interclubes, o que resulta na invenção coletiva do torcer, com o advento da primeira geração de torcidas organizadas e/ou uniformizadas.

A terceira parte apresenta a emergência de subgrupos torcedores denominados Torcidas Jovens, tal como observada a partir da década de 1960, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de apoiar os times a que se filiam, serão mostrados o surgimento e a conformação de uma segunda geração de torcedores organizados, em um processo que se estende até a década de 1990. Segundo consenso na literatura especializada, é neste

momento que o segmento de torcedores por assim dizer militantes começa a se autonomizar e a se juvenilizar, sendo desde então progressivamente associado à violência, à delinquência juvenil e a condutas tipificadas como transgressivas e antidesportivas pela sociedade.

Por fim, a quarta e principal seção se debruça sobre as formas de torcer na contemporaneidade, com ênfase na dinâmica de conflito e coesão que as torcidas organizadas têm trazido à cena profissional dos espetáculos esportivos nos últimos vinte anos. Isto ocorre em especial no contexto que antecede a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, quais sejam: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

A monotemática da violência, veiculada pelos meios de comunicação de massa e referendada pelo senso-comum, será contrabalançada aqui com uma visão sociológica e antropológica menos maniqueísta e mais aberta à compreensão dos sentidos e significados atribuídos por estes determinados atores sociais às suas práticas ditas violentas e à luta por seus direitos em um quadro macroestrutural de elitização dos estádios no país.

A introdução do futebol no Brasil: de modismo estrangeiro a esporte nacional

São conhecidas, na bibliografia acadêmica, as origens e o processo de difusão do futebol no Brasil, em fins do século dezenove. Os esportes modernos chegam ao país pós-escravocrata (1888) e que havia pouco adotara o regime federalista republicano (1889), inspirado no modelo dos Estados Unidos. A chegada do futebol, e de outras modalidades esportivas, se dava em um contexto de transformações político-sociais intensas. Estas afetam a fisionomia das principais cidades brasileiras, marcadas a partir de então por um discurso de regeneração, de modernização e de higienização do ambiente urbano.

As levas de imigrantes, impulsionadas como política de Estado, com vistas a substituir a mão-de-obra escrava e a promover o embranquecimento da população, trazem consigo hábitos e costumes dessas correntes imigratórias. Pouco a pouco, muitas dessas tradições e novidades começam a ser cultivadas e disseminadas no interior dos clubes sociais, criados em grande parte para atender à demanda por coesão entre os membros das colônias britânicas, italianas, alemãs e espanholas no país.

O futebol, de início, é mais uma dessas práticas de lazer e entretenimento clubístico. Ele serve de diversão a jovens estrangeiros, mas também a estudantes, filhos das elites brasileiras, que se inspiram por sua vez nas atividades importadas como modismo da Europa. Se a arte e a cultura francesas ocupam lugar de destaque nos padrões de imitação local, não demorará para que os esportes codificados na Inglaterra e popularizados na Europa continental tornem-se referência para frações da juventude brasileira na ocupação de seu tempo livre.

A escala local dos jogos adquire nova dimensão à medida que o século vinte avança. Na primeira década de 1900, ligas municipais são criadas e os primeiros campeonatos entre clubes de uma mesma cidade passam a ser disputados. Em São Paulo, isto acontece a partir de 1904, enquanto no Rio de Janeiro a competição entre clubes amadores é instituída dois anos depois, em 1906.

Embora a adoção do profissionalismo só aconteça na década de 1930, o pesquisador Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2000), em um denso levantamento de história social, identifica o processo de popularização do futebol, em detrimento do turfe e do remo como preferências nacionais, já em fins do decênio de 1910. Isto se deve em boa parte à edição de torneios internacionais, com especial atenção para o Campeonato Sul-Americano de 1916, organizado por Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

A transposição de sentimentos nacionais – camisa, hino e bandeira – para o futebol vai galvanizar a população da jovem república, seja nas grandes cidades seja mesmo no interior do país, aonde quer que os jornais, principal meio de comunicação à época, fosse capaz de alcançar. A conquista do torneio continental em 1919, realizado no Rio de Janeiro, fez com que a Seleção Brasileira projetasse sua imagem e despertasse a euforia nacionalista por meio desse esporte, cada vez mais apto a ultrapassar suas origens sociais elitistas.

É o brasilianista Robert Levine quem avança nas informações referentes a esse quadro de ampliação do interesse pelo futebol como prática e como fruição, tanto por parte da sociedade quanto por parte do Estado. O estudioso reconhece as circunstâncias de conformação do profissionalismo, em meio a um ambiente propício à assimilação nacional nos anos 1930 do que era até então a expressão da modernidade europeia *finissecular*:

O esporte espalhou-se pelas classes pobres quando os ingleses, donos de fábricas, puseram em campo times de empregados, mas só passou a ser uma instituição nacional em 1933, quando se profissionalizou sob a gestão da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). De um dia para o outro, os times de elite correram para adquirir atletas da classe operária, criando-se assim uma instituição que combinava as paixões de ricos e pobres. O governo aproveitou-se disso, apropriando-se do símbolo nacionalista da vitória do time brasileiro na Copa Sul-Americana de 1932 e aprovando o uso de jogadores negros (o que, de início, enfrentou resistência da CBD) nas equipes brasileiras das Copas do Mundo da década de 1930 (LEVINE, 2001, 73).

As competições entre diferentes países do continente despertam o primeiro imaginário patriótico que articula a metáfora da nação à composição de uma equipe de futebol, com a organização de entidades políticas como a CBD, responsáveis pela estruturação de um campo esportivo, no sentido bourdiesiano, conformado por um conjunto de atores, organizadores e consumidores. Em sua esteira, o apelo do nacionalismo se amplia com a criação pela FIFA, em 1930, da Copa do Mundo de futebol. Esta potencializará ainda mais a condição metafórica que articula esporte e nacionalismo.

A construção do orgulho e da identidade nacional em um país periférico como o Brasil torna compreensível o investimento na simbologia e da mitologia nacional por intermédio do futebol.

A década de 1930 testemunhará a invenção da “pátria de chuteiras”. Esta crescerá a cada edição quadrienal do Mundial organizado pela FIFA, ora na América do Sul ora na Europa. O desenvolvimento dos meios de comunicação, pedra angular da retórica nacionalista, como bem teorizou o inglês Benedict Anderson (2008), estreitará ainda mais os laços do país com o futebol ao final daquele decênio. A comunicação de massas, em particular o rádio, será um mediador fundamental para catalisar as emoções da população. Esta vai acompanhar a Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1938, quando o Brasil vivia sob o regime ditatorial do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, um dos artífices da centralização política e da dicção nacionalista que campeava no país.

A terceira colocação da Seleção na Copa da França, acompanhada ao vivo pelas transmissões radiofônicas dos locutores brasileiros, como Gagliano Neto, será reverenciada como uma heroica façanha dos atletas brasileiros no exterior. A recepção efusiva da imprensa francesa à performance dos futebolistas brasileiros faz crer aos jornalistas e aos entusiastas locais que de fato o Brasil havia brilhado naquela Copa. O jogador negro Leônidas da Silva, artilheiro da competição, é dos mais aclamados, tornando-se o símbolo e a encarnação de uma nova era do futebol brasileiro, capaz de superar sua gênese elitista e segregacionista.

O futebol passa a compor o centro de um discurso identitário que revertia as mazelas do país, entre outras a miscigenação, em um conjunto de virtudes. Um dos elementos de destaque do futebol no Brasil advinha de sua condição porosa, com a capacidade de sintetizar e de expressar as contradições da formação social brasileira. Tal porosidade chamou a atenção do sociólogo Gilberto Freyre, cuja obra de referência chamava-se

“Casa-Grande & Senzala” (1933), reinterpretação da história da colonização portuguesa, em que se exaltam a plasticidade, o hibridismo e a democracia social nas relações raciais brasileiras. O autor escreveu então textos em que apontava o futebol um dos vetores contemporâneos do sucesso da mestiçagem no país, produzindo jogadores como Leônidas, a um só tempo criativos, dionisíacos e surpreendentes.

Os anos 1930 sedimentam, pois, a autorepresentação da cultura brasileira (Fiorin, 2009), por meio do princípio da mistura e da participação como traços constitutivos do Brasil moderno. Assim, por mais que o atraso político-econômico ainda maculasse e inferiorizasse a imagem do país, o Brasil se projetava internacionalmente graças ao seu vistoso futebol, uma vez que este transcendia sua condição esportiva e se convertia em expressão artístico-cultural. Para tanto, segundo a retórica freyreana, absorvia-se a influência da música, da capoeira e do sincretismo religioso, entre outros elementos selecionados para representar a autenticidade de uma nação que se acreditava então interclassista e multirracial.

Os clubes de futebol profissional e as raízes das rivalidades entre as torcidas e afirmação identitária

Pode-se dizer que o profissionalismo se desenvolveu sob duas vias paralelas no país: o futebol de clubes, de um lado, e o do selecionado nacional, de outro. A Seleção Brasileira, via de regra, suscita imagens relacionadas à unidade da nação e ao conagraçamento do povo em torno dos seus representantes esportivos. Em contrapartida, as agremiações clubísticas surgem sob o signo da afirmação identitária local, necessariamente em oposição estrutural a algum outro clube de sua vizinhança ou de sua cidade.

Rio de Janeiro e São Paulo não fugiram à regra da distribuição das identidades de seus clubes entre os habitantes do espaço metropolitano. Assim como muitas cidades

inglesas, a exemplo de Londres, nos municípios brasileiros desenvolveram-se preferências por um número considerável de clubes. Desde meados do século vinte, entre os anos de 1940 a 1960, a divisão concentra-se de maneira hegemônica entre cerca de quatro times de futebol por localidade. No Rio, figuram clubes como o Botafogo, o Flamengo, o Fluminense e o Vasco da Gama, ao passo que em São Paulo a popularidade recai em times como o Corinthians, o Palmeiras, o São Paulo e o Santos.

Cada agremiação costuma cultivar um mito de origem acerca de sua história e destaca um conjunto de narrativas que dá os contornos de identidade coletiva e de memória social, compartilhada por gerações sucessivas. Muitos clubes acentuam suas origens estrangeiras (Palmeiras e Vasco), enquanto outras trazem a marca dos valores aristocráticos (Fluminense e São Paulo). Há associações, por outro lado, que enfatizam seu caráter popular e operário (Flamengo e Corinthians). À medida que o futebol se profissionaliza, os clubes crescem em representatividade e se diversificam, mas a mística originária é cultuada por sócios, torcedores e jornalistas.

Seria o caso de citar o livro de um importante personagem do jornalismo esportivo brasileiro. Em 1945, Mario Filho publicou a obra *Histórias do Flamengo*, na qual conta, em forma de anedotas e de historietas os cinquenta anos de existência do clube rubro-negro, tendo por base os relatos e as memórias de seus associados. Embora tenha surgido em 1895 como um clube de elite voltado à prática do remo, uma série de transformações vivenciadas pelo departamento de futebol nos anos 1930 faz com que esse clube carioca assumira uma identidade nacional-popular, exaltada pelo jornalista. Em sua estratégia discursiva, Mário Filho representa o Flamengo como “time do povo”, em oposição ao Fluminense – “time da elite” – e ao Vasco da Gama – “time da colônia portuguesa”.

O crescimento das paixões clubísticas no ambiente urbano se deve tanto à profissionalização do futebol de espetáculo quanto ao vertiginoso processo de

urbanização e de industrialização vivenciadas no eixo Rio – São Paulo, entre os anos 1930 e 1980. A mudança acarretou enormes alargamentos da malha urbana, com os influxos de migrantes internos, vindos sobretudo do Nordeste brasileiro. O rádio permitiu também - que o Rio de Janeiro, capital da República, projetasse os clubes da cidade por todo o Brasil, pois as principais emissoras irradiavam os jogos locais para o restante do país.

Para atender à massificação e à nacionalização do futebol, as autoridades responsáveis – federações estaduais e confederação nacional – criaram competições interestaduais e construíram novos e grandes estádios. As praças de esporte passavam a ser alvo de interesse, pois atendiam à demanda dos torcedores por mais espaços, na ânsia por ver seus ídolos esportivos e por reverenciar os clubes de sua predileção. Estádios privados, como as Laranjeiras, do Fluminense, e São Januário, do Vasco da Gama, cederam lugar a estádios públicos, construídos pelas prefeituras municipais, com o aval dos governos federais. A exemplo, mencionem-se o Pacaembu, em São Paulo, construído em 1940 para receber 70 mil espectadores, e o Maracanã, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1950, com capacidade para abrigar 150 mil torcedores.

A magnitude desses estádios levou as multidões aos estádios, com bilheterias que fortaleceram ainda mais os rendimentos financeiros dessas agremiações clubísticas. A partir dos anos 1940, começam a surgir de modo até certo ponto espontâneo, ou sob o beneplácito dos dirigentes de clube, as primeiras torcidas de futebol. Em São Paulo, chamavam-se “torcidas uniformizadas”, uma vez que os torcedores passavam a portar o uniforme dos jogadores em campo, vestimenta não usual nas arquibancadas. No Rio, o nome dado foi “torcida organizada”, uma vez que, diante de plateias tão numerosas, o desafio era “organizar” o apoio coletivo torcedores aos seus clubes, por meio de instrumentos musicais e de adereços festivos e carnavalescos.

Assim, uma primeira geração de torcedores organizados constituiu-se no Rio e em São Paulo, entre a década de 1940 e 1960. Eram grupos por assim dizer comunitários, entre cinquenta e duzentos componentes, que se reuniam em dias de jogo para incentivar os seus respectivos times. Em geral, as torcidas tinham o comando de um líder, figura o mais das vezes carismáticas, ou “folclóricas”, conhecidas por todos nas arquibancadas, em razão da assiduidade e do fervor na demonstração de seu apoio ao clube. Desta forma, eram organizações com baixo grau de formalidade. Portavam bandeiras, insígnias dos clubes, estandartes e eram regidos por uma banda de música chamada “charanga”. Nestes grupos, havia mulheres e crianças, mas a predominância era de jovens e adultos do sexo masculino.

A espontaneidade e a informalidade dos grupos de torcedores faziam com que muitas vezes os dirigentes de clube se prontificassem a ajudar as torcidas organizadas. Muitos membros destas eram associados ao clube, o que facilitava as trocas e apoios mútuos. Vista no imaginário como o “12ª jogador”, a torcida era regida pelo princípio da unidade indivisível: um líder e uma torcida por clube. O lema das torcidas era o apoio incondicional ao time, nas vitórias e nas derrotas. A marca dessa primeira geração de torcedores foi, portanto, o etos carnavalesco das arquibancadas. Se havia brigas nos estádios, cumpre dizer que os casos de violência durante o período que vai dos anos 1940 a 1960 costumavam ser atribuídos a torcedores anônimos, sem vinculação com as festas torcidas organizadas.

As Torcidas Jovens entram em cena: a festa no estádio como espaço de contestação

As torcidas de futebol têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores, dedicados a compreender este importante fenômeno social no Brasil (HOLLANDA, 2009; TEIXEIRA 2003; TOLEDO 1996). Desde a sua criação, estas entidades têm-se

constituído em espaços de interação social para inúmeros jovens, estimulando a criação de laços sociais, assim como relações de oposição e rivalidade. Deste modo, colocam em cena visões e práticas sociais reveladoras dos distintos significados que este esporte vem assumindo ao longo da sua história no Brasil.

Neste tópico, deteremos-nos nas chamadas Torcidas Jovens cariocas, considerando que sintetizam de modo exemplar as principais características dessa experiência social, tanto quanto as contradições vividas por estes grupos na atualidade.

As primeiras organizações burocratizadas de torcedores surgiram no final dos anos de 1960 e no início da década de 1970, quando o Brasil vivia sob uma ditadura militar, inaugurando um novo padrão de relacionamento entre si e com os dirigentes dos clubes. Neste contexto, surgem as Torcidas Jovens dos quatro principais clubes do Rio de Janeiro: Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco. Elas reúnem, especialmente, jovens do sexo masculino, entre 14 e 25 anos de idade, com origens e trajetórias socioculturais e econômicas distintas.

Registradas juridicamente como Grêmios Recreativos Sociais e Culturais, a Torcida Jovem do Flamengo, a Torcida Jovem do Botafogo, a Força Jovem do Vasco e a Young Flu crescem e se subdividem entre os bairros da cidade durante as décadas de 1980 e 1990, através de sedes, espaços territoriais de convívio nos quais definem ações, preparam as viagens para acompanhar o time pelos estados do país, assumindo um aspecto cada vez mais autônomo e profissional. Organizadas em torno de projetos comuns, pouco a pouco ganham visibilidade devido ao seu caráter contestatório e à crença que têm no seu papel político de influenciar as decisões do clube, questionar a contratação e o desempenho dos jogadores. Nas arquibancadas produzem saberes e símbolos, ritualizações e cânticos para expressar sua forma de adesão ao clube de futebol (Teixeira 2003).

As pesquisas demonstram que pertencer a uma torcida organizada significa para alguns indivíduos, além da paixão – sentimento de fidelidade e dedicação –, ter disposição para a luta, defendendo seu clube e sua agremiação frente aos adversários. As experiências de conflitos são valorizadas por aqueles que acreditam que tais episódios lhes tornam mais honrados e corajosos reforçando certos padrões de masculinidade vivenciados por estes grupos (TEIXEIRA, 2003).

Entre o final dos anos de 1980 e início da década de 1990, uma série de embates entre integrantes de torcidas rivais e, destes, com as forças policiais, colocaram estes grupos na mira dos meios de comunicação e das autoridades. Assim, passam a ser classificados como “delinquentes” e “vândalos” (por se ferirem fisicamente, incluindo o uso de armas de fogo), sendo responsabilizados por disseminar a insegurança e o medo. Para confrontar a questão, o poder público criou em 1991, no Rio de Janeiro, o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), cuja missão era reduzir os confrontos e promover a mediação dos conflitos entre as torcidas, através de reuniões, palestras, cadastramento dos membros e escolta das torcidas nos dias de jogos.

Dois casos em particular contribuem para que se constitua um “pânico moral”, em torno das torcidas organizadas de futebol: a morte do Cléo, em 1988, líder e fundador da Mancha Verde, do Palmeiras e a chamada “Batalha campal”, um confronto envolvendo integrantes dessa torcida palmeirense e da Tricolor Independente do São Paulo, ocorrida no gramado do estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 1995. Como consequência, neste estado, as torcidas foram proibidas de entrar nos estádios com objetos que as identificassem, como camisas, faixas e bandeiras. Por sua vez, as agremiações envolvidas na contenda foram extintas.

Observa-se, a partir de então, um crescente processo de criminalização do torcer. De modo geral, medidas repressivas têm sido propostas para combater as torcidas organizadas, percebidas ora como “um problema social”, ora como “um caso de polícia”.

A legislação repressora e a realização dos megaeventos no país: o engajamento das torcidas na luta por direitos

A realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 provocou mudanças significativas na paisagem das praças esportivas: antigos estádios foram reformados e novos foram construídos. O processo de elitização em curso, seguindo o modelo das arenas europeias, com capacidade reduzida e preços elevados dos ingressos, resultou o cerceamento de práticas torcedoras, em nome do controle e da segurança, através das câmeras que vigiam e monitoram o torcedor, disciplinando sua participação (GAFFNEY e MASCARENHAS, 2004). Tais transformações arquitetônicas celebram a emergência do torcedor-consumidor e atingem diretamente a festa produzida pelos torcedores organizados, tradicionalmente habituados a assistir ao jogo em pé, limitando suas performances com a eliminação dos antigos assentos sem encosto, que permitiam uma maior mobilidade.

Por outro lado, a pressão de sediar os dois maiores eventos internacionais desportivos levou o governo federal a sancionar em 2010 a Lei 12.299 que promoveu algumas modificações no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03), documento central na regulamentação e promoção do esporte no país. Os dispositivos inseridos versam especificamente sobre as torcidas organizadas. Em síntese, de acordo com os artigos 1-A; 2-A; 39-A e 39-B, estes agrupamentos passam a ser responsabilizados pelos danos provocados por seus membros dentro e fora dos estádios. Em contrapartida, o Ministério do Esporte passou a realizar seminários regionais e nacionais com os representantes das torcidas organizadas, sinalização política importante que revela “um

movimento institucional no sentido do reconhecimento da existência das mesmas” (HOLLANDA 2014, 153).

Para fazer frente ao contexto adverso que vivenciavam, foi criada em 2008 a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ)¹ com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação com as autoridades e definir ações coletivas, de modo a fazer valer os direitos desses torcedores nos estádios do Rio de Janeiro (HOLLANDA et al. 2015).

A citada Federação conta na atualidade com a adesão de dez associações - Botachopp, Fla-Manguaça, Força-Flu, Força Jovem do Vasco, Fúria Jovem do Botafogo, Ira Jovem do Vasco, Raça Rubro-Negra, Torcida Jovem do Flamengo, Urubuzada e YoungFlu. Ela vem-se empenhando na busca do diálogo entre agrupamentos adversários, conhecidos pelo histórico de confrontos e mortes, objetivando sensibilizá-los sobre a importância da união em prol da defesa dos seus interesses. A estreia da Federação nas arenas públicas ocorreu no I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas promovido pelo Ministério do Esporte, na cidade de São Paulo, nos dias 4 e 5 de julho de 2009. Desde então, a FTORJ passou a atuar como movimento coletivo, participando de um complexo e amplo processo de demandas, reivindicações e negociações.

As experiências acumuladas em sua curta trajetória no trânsito pelas arenas públicas e a aproximação com lideranças de torcidas de vários estados brasileiros foram fundamentais na mobilização nacional que resultou na fundação da Associação Nacional de Torcidas Organizadas (ANATORG²) durante o III Seminário Nacional promovido pelo Ministério do Esporte, em dezembro de 2014, na cidade de Belo Horizonte, contando com a presença de representantes de 103 torcidas do país.

¹ Veja-se o site da entidade em: <https://ftorj.wordpress.com/>

² Para maiores informações sobre o grupo, consultar: <http://www.anatorg.com.br/>

Através da ANATORG, as torcidas organizadas pretendem participar das políticas públicas que lhes são destinadas como interlocutores legítimos e, em contrapartida, atuar como mediadores, estimulando campanhas sociais e promovendo, junto aos seus associados, atividades visando reduzir a incidência de conflitos (TEIXEIRA, TREJO, 2016).

A criação da FTORJ e da ANATORG demonstram que, a exemplo do que ocorreu em vários países europeus, os regulamentos e as leis que objetivam vigiar e controlar o comportamento do torcedor contribuíram para que uma fração importante tomasse consciência da existência de interesses comuns, estimulando a proposição de ações coletivas para defender seu estilo de torcer e a sua visão de futebol (BUSSET et al. 2014).

Contudo, se a atuação dessas entidades revela uma nova face do associativismo torcedor no país, no qual se vislumbra a constituição de laços de solidariedade e redes de apoio na luta contra a mercantilização do futebol, elas se veem permanentemente questionadas por uma parte dos seus membros que resistem a esta aproximação entre grupos rivais. O fato é que muitos dirigentes de torcidas demonstram preocupação e admitem a perda do controle sobre os associados pertencentes a subgrupos seduzidos pela prática de atos violentos.

Além disso, muitos torcedores têm mais afinidades com as questões cotidianas do seu bairro, com a comunidade à qual pertencem, e se mostram indiferentes a essas ações mais amplas, promovidas em âmbito regional ou nacional. Por isso mesmo, os líderes dos bairros tendem a ter influência direta sobre seus representados. Outro obstáculo a ser superado diz respeito à representação social dominante que os considera “perigosos”, promotores da desordem, e, portanto, indesejáveis ao universo do futebol.

Nos últimos anos, vários episódios confirmam que este é um dilema central no projeto de construção de um movimento mais amplo de coalizão que seja duradouro. No

Campeonato Brasileiro de 2013, confrontos aconteceram na Arena de Brasília, durante as partidas entre Corinthians e Vasco da Gama; Flamengo e São Paulo; e, nas arquibancadas da Arena Joinville, entre torcedores do Vasco da Gama, e do Atlético Paranaense, na última rodada do campeonato deixando vários feridos. Outros episódios ocorreram nos estádios do país, sendo computadas 30 mortes (HOLLANDA, 2014). Novas medidas de segurança foram então anunciadas pelo governo federal, além da aplicação de multas, determinou-se a prisão de torcedores e a suspensão temporária de algumas torcidas.

É importante ressaltar que o ano de 2013 foi especialmente conturbado no plano político. Durante a Copa das Confederações, evento que antecedeu a Copa do Mundo de futebol ocorreu o fenômeno conhecido como “Jornadas de Junho”: a eclosão de manifestações populares em todo país, com colorações ideológicas bastante heterogêneas entre si. Os protestos desencadeados inicialmente contra o aumento das passagens podem ser mais bem compreendidos no contexto dessa importante festa nacional que é o futebol.

Entre 17 e 20 de junho daquele ano, a palavra de ordem ou *hashtag* #NaoVaiTerCopa tomou conta das ruas e das redes sociais. Ela expressou a indignação com os gastos faraônicos para a realização do megaevento, as intervenções urbanas realizadas, entre outros, e representou a luta por direitos por parte de diferentes categorias sociais. Se por um lado, os governantes buscavam reforçar a ideia de uma identidade nacional, de uma cordialidade através do futebol, convocando a nação brasileira a participar deste evento, por outro, vários segmentos da população responderam a essa convocação partindo para a ação coletiva.

Desse modo, a realização do megaevento no país canalizou insatisfações e contradições que vinham se acumulando, tornando-se o objeto de denúncia e revolta (Ferreira 2015). No entanto, ao contrário do que se imaginava, os protestos não voltaram a se repetir com a mesma intensidade em 2014, o Mundial transcorreu sem maiores

problemas e, em novembro, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi reeleita presidente da República.

Se no âmbito político vivenciávamos um momento tenso e difuso, de profundo questionamento por parte de variados setores das classes sociais brasileiras, no que diz respeito à condução dos rumos do país, representantes de torcidas organizadas encontravam nos seminários promovidos pelo Ministério do Esporte, espaço para expor ideias, discutir dilemas e avançar na articulação nacional.

Enquanto isso, nos meios de comunicação, as imagens de novos confrontos contribuía para a estigmatização e para a condenação moral destes agrupamentos. No ano de 2014 foram contabilizadas 18 mortes. Em 2015, no Rio de Janeiro, ocorreram inúmeras brigas envolvendo integrantes das Torcidas Jovens, ocasionando a prisão de integrantes, alguns deles menores de idade, além da proibição de frequentar ou de se fazer representar, portando faixas, bandeiras e instrumentos musicais, nos estádios.

No decorrer de 2016, tornou-se cada vez mais evidente o descompasso entre as ações levadas a cabo durante o governo da presidenta Dilma Rousseff – que, por meio do Ministério do Esporte, beneficiaram o processo de articulação das torcidas –, e aquelas efetuadas por parte dos governos estaduais, pautadas exclusivamente pela repressão. A solução pela via repressiva situava-se, portanto, na contramão das discussões e dos encaminhamentos que vinham se desenvolvendo no âmbito federal nos últimos quinze anos.

No entanto, as torcidas organizadas reagiram e manifestaram sua insatisfação nas arenas esportivas em diversas regiões do país. O movimento foi deflagrado no primeiro semestre do ano, pela Gaviões da Fiel, maior torcida organizada do Sport Club Corinthians, durante o campeonato paulista. Assumindo uma postura contestatória, esta torcida passou a entoar gritos de guerra e a exibir faixas durante os jogos contra a

Federação Paulista de Futebol (FPF) em virtude da proibição de sinalizadores, bandeiras e do alto valor do ingresso. Posicionou-se, também, contra a Rede Globo de televisão, detentora dos direitos de transmissão dos campeonatos nacional e estadual, denunciando o horário das partidas que começam às 22h00, no meio de semana, prejudicando os trabalhadores que encontram dificuldades para retornar às suas residências.

O próximo alvo foi o deputado Fernando Capez que presidia a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e estava sendo acusado de participar do esquema de fraude em licitações de alimentação escolar. Convém assinalar que este deputado ganhara notoriedade pública nos anos 1990 por ter capitaneado em São Paulo o combate às torcidas organizadas. Foi o período em que atuava como promotor público, tendo determinado, inclusive, a extinção de das maiores torcidas organizadas do Palmeiras e do São Paulo, após a chamada “Batalha Campal” do Pacaembu, em 1995, episódio relatado acima.

A onda de protestos dos Gaviões da Fiel culminou com um ato público no dia 15 de abril e contou com cerca de três mil torcedores no centro da cidade. A reação policial não tardou a acontecer. Na sequência, a Polícia Civil, com apoio da tropa de choque, invadiu a sede da referida agremiação, com a presença do então secretário de segurança, Alexandre Moraes. Por fim, em decorrência de um confronto entre corinthianos e palmeirenses que provocou a morte de uma pessoa, vítima de bala perdida, a secretaria de segurança pública, após reunião com representantes da Federação Paulista de Futebol, do Ministério Público, da Polícia Militar e da Polícia Civil, anunciou que os clássicos realizados no estado passariam a ter “torcida única”, medida que impede a presença dos torcedores do time visitante. Outras torcidas do Corinthians e torcidas organizadas de outros clubes, como a Torcida Jovem do Santos, aderiram à luta dos Gaviões, tomando partido contra o caráter excludente e coercitivo do chamado “futebol moderno”. Como

retaliação, nos estádios, faixas foram confiscadas e, posteriormente, proibidas com base no Estatuto do Torcedor (2003).

Nesse cenário explosivo, a ANATORG³ emitiu um comunicado em sua página na internet em apoio à torcida Gaviões da Fiel. No documento, posiciona-se como “movimento social” que luta pela “inclusão, igualdade, liberdade de expressão de todos”, cujas reivindicações não se circunscrevem apenas ao universo do futebol. E, com base no Art. 5º da Constituição Federal, que trata das garantias e dos direitos fundamentais do cidadão e do Art.220, a zelar pela garantia da livre manifestação de pensamento, denunciou os procedimentos adotados pelo poder público.

No segundo semestre, à medida que a crise política no país avançava com a posse de Michel Temer na presidência do país, em caráter interino, após o afastamento de Dilma Rousseff, que respondia ao processo de impeachment, os estádios brasileiros viram faixas de protestos se multiplicando contra o que passou a ser denunciado como “golpe político”. Naquela conjuntura, a palavra de ordem “Fora, Temer!” ecoou nas arquibancadas de diversas praças esportivas.

No dia 31 de agosto, o processo de impeachment que tramitava no Congresso Nacional havia cinco meses chegou ao fim, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff. Assim, Michel Temer assumiu em definitivo a presidência do Brasil. A despeito das possíveis críticas aos encaminhamentos e procedimentos do governo anterior (2011-2016), vale acentuar que as entidades representativas de torcidas organizadas tiveram a oportunidade histórica de participar de fóruns, de apresentar e de defender suas visões da gestão do futebol e de expor sua discordância em relação ao Estatuto do Torcedor (2003), pleiteando mudanças. Este espaço, aberto graças à interlocução propositiva do Ministério

³ Transcrito de <http://anatorg.com.br/wp/index.php/2016/03/08/por-que-as-autoridades-proibem-a-manifestacao-das-torcidas/>

do Esporte, quando conduzido por Orlando Silva, Aldo Rebelo e George Hilton, foi fundamental para a criação da ANATORG. Ainda é muito cedo para formular uma interpretação a respeito do futuro desta entidade, porém há o temor, por parte de lideranças de torcidas organizadas, de que os avanços obtidos nas arenas públicas sejam ameaçados na atual conjuntura político-institucional do país.

Conclusão

Neste artigo, objetivamos apresentar algumas características e dinâmicas das torcidas organizadas no Brasil, com destaque para o advento das Torcidas Jovens no cenário carioca a partir dos anos 1960. Com destaque para questões críticas da contemporaneidade, buscamos situar alguns marcos estratégicos na história desses grupos e, particularmente, a nova face que o associativismo torcedor vem assumindo com a criação de entidades representativas como a FTORJ e a ANATORG, para lutar por direitos de existência e de reconhecimento social.

Todavia, essa não é uma tarefa fácil. A autenticidade dos seus propósitos é alvo de desconfianças, em virtude da sistemática dos confrontos entre torcidas rivais que têm pautado sua trajetória, com períodos críticos em que se assiste a uma escalada de vinganças, de linchamentos e de mortes. As acusações disseminadas pelos meios de comunicação se fortalecem a cada novo conflito, gerando um impasse jurídico de difícil resolução.

Por conseguinte, a repressão, abordagem privilegiada pelo poder público como única alternativa ao controle da violência, tem se caracterizado pela interdição dos grupos, com a proibição do uso de pirotecnia, do recurso a adereços visuais nos estádios, além de seguidas suspensões, multas e banimentos. Contudo, os estudos indicam que apenas a punição sistemática e unilateral dessas associações, cuja intenção a longo prazo é

inviabilizar sua participação no espetáculo futebolístico, não será capaz, sozinha, de resolver a complexidade da questão. O problema poderá inclusive ser agravado, pois colocar os torcedores na clandestinidade dificultará, ainda mais, a identificação dos participantes das brigas. Além disto, como já observamos no passado recente, sempre existe a possibilidade de que os excluídos criem novos agrupamentos ou reinventem suas práticas e suas formas de representação.

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1993, 176) destacou com muita propriedade que o tratamento da violência no Brasil é realizado por exclusivas lentes normativas, através das quais produzimos um discurso que frequentemente só admite “o contra ou a favor (ou o legal ou o ilegal), rejeitando qualquer atitude que primeiro questione a natureza do fenômeno em suas linhas mais gerais”

É necessária outra interpretação que supere a redução do complexo fenômeno da violência no futebol à existência das torcidas organizadas, bode expiatório contemporâneo dos meios de comunicação, dos órgãos repressivos e do poder judiciário no Brasil. Este entendimento inviabiliza a relação com estes e outros atores sociais, tais como: dirigentes de clubes, setores da mídia, poder público, agentes de segurança e outras modalidades de torcidas.

Conforme alertou o pesquisador argentino José Garriga Zucal, a respeito das chamadas “barras bravas” argentinas, é fundamental ir além da judicialização do processo: “El problema de la violencia en el fútbol no se resuelve con la judicialización. Porque la legitimidad de la violencia no se modifica con el efecto de la ley”⁴.

Para se compreender a especialização desta violência, faz-se necessário, pois, refletir sobre as diferentes dimensões que esta assume no próprio corpo social,

⁴ Transcrito de “El problema de la violencia en el fútbol no se resuelve con la judicialización” (05/04/2016). <http://www.conicet.gov.ar/el-problema-de-la-violencia-en-el-futbol-no-se-resuelve-con-la-judicializacion/> Acesso em 01 de setembro de 2016.

expressando crises aí existentes ou latentes. O Mapa da Violência, que acaba de ser divulgado em âmbito latino-americano, revelou que de 1980 até 2014 morreram no Brasil 967.851 pessoas, vítimas de disparo de arma de fogo. Destes, os jovens negros são as maiores vítimas⁵. Estes dados contundentes explicitam a gravidade mais ampla do problema.

Do ponto de vista antropológico, torna-se relevante desconstruir a visão estereotipada e estigmatizada pelo senso-comum acerca das torcidas, indo além da imagem unívoca que enfatiza a violência, a selvageria e a barbárie. Ao invés de simplesmente reprimir, é preciso antes compreender os sentidos e significados que a briga e a rivalidade assumem para estes atores sociais (Teixeira 2003). Sem desconsiderar a gravidade dos confrontos generalizados e premeditados entre frações dessas torcidas, trata-se em paralelo de propor políticas públicas preventivas, reeducativas e includentes, capazes de aproveitar o potencial de sociabilidade e os espaços associativos preexistentes, engendrados e construídos de modo coletivo pelas próprias torcidas.

Na perspectiva consagrada por Norbert Elias (1992), na obra “Em busca da excitação”, os estudos do esporte que não sejam, simultaneamente, investigações sobre a sociedade tornam-se desprovidos de contexto e, portanto, de fundamentação. Admitindo-se que este tipo de violência respalda-se na realidade social, é preciso investigar as tensões existentes para se compreender por que o futebol – e não apenas este esporte – se transformou num contexto privilegiado para expressar o prazer desses jovens de brigar em grupo (DUNNING et al. 1992).

É válido considerar ainda que os confrontos violentos entre torcidas de futebol, longe de ser produto do mero acaso, ou promovidos por indivíduos naturalmente

⁵ O Mapa da Violência compõe uma série de estudos coordenados desde 1998 pelo professor sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, diretor de pesquisa do Instituto Sangari e coordenador da área de estudos sobre violência da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). Nesta edição focalizou a evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil.(<http://www.mapadaviolencia.org.br>).

desajustados, obedecem a certos arranjos que explicitam padrões de masculinidade, disputas por poder econômico, prestígio, reciprocidade e territorialidade no interior desses subgrupos.

O ponto mais importante a salientar é que a repressão e a punição precisam ser articuladas a medidas “de caráter reeducativo, preventivo e corretivo, de forma sistemática e permanente e não episódica” (MURAD, 1996, p117). Neste sentido, o trabalho sociopedagógico realizado pelo *Fanprojekt* (“Projeto Torcedor”) na Alemanha configura-se como referência para a construção de políticas públicas de prevenção da violência. O projeto, desenvolvido desde os anos de 1980, com a participação de assistentes sociais e pedagogos, parte do princípio que as torcidas de futebol desempenham um papel central no espetáculo futebolístico. A aposta alemã repousa na valorização dos aspectos festivos positivos de uma “cultura das torcidas” que deve ser preservado (HOURCADE e tal. 2010).

A criação da ANATORG, em 2014, simbolizou um importante passo nesta direção. Sua fundação revela a disposição de determinadas lideranças de torcidas organizadas do país para se engajar na luta por direitos, mas ao mesmo tempo, para auxiliar na mediação dos conflitos através de propostas educativas.

Todavia, observa-se mais recentemente que o aumento da repressão como estratégia isolada de ação dos governos estaduais tem gerado impasses e inviabilizado a constituição legítima de um diálogo entre Estado e sociedade. Diante deste cenário adverso, assistimos aos protestos protagonizados pelas torcidas organizadas e a outras iniciativas coletivas de torcedores, que vêm encontrando formas de burlar mecanismos oficiais de segurança.

Tais grupos logram assim entrar com faixas nos estádios, numa clara demonstração de insubordinação e capacidade de sobrevivência em meio a asfixia

normativa e financeira de gentrificação dos estádios. As manifestações que se disseminaram pelas arquibancadas dos estádios brasileiros transformaram as novas arenas esportivas, idealizadas para o conforto, a tecnologia, a segurança e o consumo, em espaços efervescentes e vivos na dinâmica social. Nelas, está sendo disputado, simbólica e materialmente, o direito destas associações de continuarem a participar da cena do futebol profissional.

Assim, o caso brasileiro revela de modo cabal que futebol e política caminham lado a lado. Mais que outros, este esporte, ao contrário do que propala o senso comum, não se reduz a experiências insípidas de lazer e entretenimento, podendo se converter num poderoso catalisador de reivindicações coletivas e de afirmações identitárias. O processo elitizador e higienizador em curso, que pretende calar a voz dos descontentes e banir os indesejáveis, fez em contrapartida despertar o furor das arquibancadas, mostrando que o curso dessa história está longe do fim, e ainda está por ser escrito.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL. *Lei n. 10.671*, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.671.htm. Acesso: 19/09/2016.

BUSSET, Thomas; Besson, Roger; Jaccoud, Christophe (Éds.). 2014. *L'autre visage du supportérisme: Autorégulations, mobilizations collectives et mouvements sociaux*. Centre International d'Étude Du Sport.Savoirssportifs. Suisse : Peter Lang As.

DAMATTA, Roberto. 1993. "Os discursos da violência no Brasil". In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco.

DUNNING, Erick.; Murphy, Patrick.; Williams, John. 1992. "A violência dos espectadores nos desafios de futebol: para uma explicação sociológica". In: Elias, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel. pp.355-388.

ELIAS, Norbert. 1992. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.

FIORIN, José Luiz. 2009. “A construção da identidade nacional brasileira”. In: *Bakhtinianas*. São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 115-126.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. 2015. *A festa e a revolta: confrontando as leituras de junho de 2013 com uma antropologia política das rebeliões populares*. Disponível em: <https://nepcpda.wordpress.com/2015/06/18/a-festa-e-a-revolta-confrontando-as-leituras-de-junho-de-2013-com-uma-antropologia-politica-das-rebelioes-populares/> Acesso: 18/09/2016.

FREYRE, Gilberto. 1998. *Casa-Grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.

GAFFNEY, Christopher e Mascarenhas Gilmar. 2004. O estádio de futebol como espaço disciplinar. *Seminário Internacional Michel Foucault: Perspectivas*. 21-24 de setembro. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina..

LEVINE, Robert M. 2001. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLLANDA, Bernardo B. B. de. 2009. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

HOLLANDA, Bernardo. B. B. de. 2014. “Torcidas, ultras e hooligans: paralelos da problemática torcedora no Brasil e na França”. In: *Hooliganismo e Copa de 2014*. (Org.) Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Heloísa Helena Baldy dos Reis. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp.145-158.

HOLLANDA, Bernardo B. B. de; Medeiros, Jimmy; Teixeira, Rosana da C. 2015. *A voz da arquibancada: narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

HOURCADE, Nicolas; Lestrin, Ludovic; MIGNON, Patrick. 2010. *Livre vert du supportérisme. État des lieux et propositions d’actions pour le développement du volet préventif de la politique de gestion du supportérisme*. Rapport pour le secretariat d’État aux sports, Paris.

MURAD, Maurício. 1996. “Futebol e violência no Brasil”. In: *Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, [n. 1], pp.100-214.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. 2000. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

RODRIGUES FILHO, Mário. 2014. *Histórias do Flamengo*. Rio de Janeiro: Mauad X.

TEIXEIRA, Rosana da C. 2003. *Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas*. São Paulo: Annablume.

TEIXEIRA, Rosana da Camara; Trejo, Fernando Segura. M. 2016. “Le supportérisme militant au Brésil: affrontements, revendications et négociations ». *Aux frontières du*

football et du politique. Supportérismes et engagement militant dan l'espace public. Busset, Thomas et Gasparini, William (éds). pp.147-164.

TOLEDO, Luiz H. de. 1996. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/ANPOCS.

Documentos eletrônicos

“Comunicado ANATORG”. 2016. Disponível em <http://anatorg.com.br/wp/index.php/2016/03/08/por-que-as-autoridades-proibem-a-manifestacao-das-torcidas/>. Acesso: 18/09/2016.

“El problema de la violencia en el fútbol no se resuelve con la judicialización”. 05/04/2016. Disponível em: <http://www.conicet.gov.ar/el-problema-de-la-violencia-en-el-futbol-no-se-resuelve-con-la-judicializacion/> Acesso: 18/09/2016.

“Mapa da violência”. 2016. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso: 18/09/2016.